



EMPREGO FORMAL NA BAHIA NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI: O QUE DIZEM OS DADOS DA RAIS?

Dinâmicas socioeconômicas regionais

RESUMO

Este artigo busca, no horizonte temporal de 2010 a 2019, verificar a dinâmica do emprego formal no estado da Bahia. Para vencer esta tarefa, recorreu-se aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Verificou-se que as políticas conduzidas nacionalmente exerceram um papel fundamental no cenário socioeconômico, tendo práticas neoliberais levadas a cabo num movimento pendular, ora de forma mais acirrada, ora de forma mais atenuada. Percebe-se que no período analisado, os avanços da economia baiana sob o ponto de vista do emprego formal foram muito tímidos. De forma geral, o desempenho para o agregado do Estado é ruim para no período analisado sob o ponto de vista do emprego formal. As mudanças na legislação do trabalho não reverberaram no aumento do emprego formal, representando em grande medida precarização e empobrecimento da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Emprego formal; economia baiana; trabalho formal.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

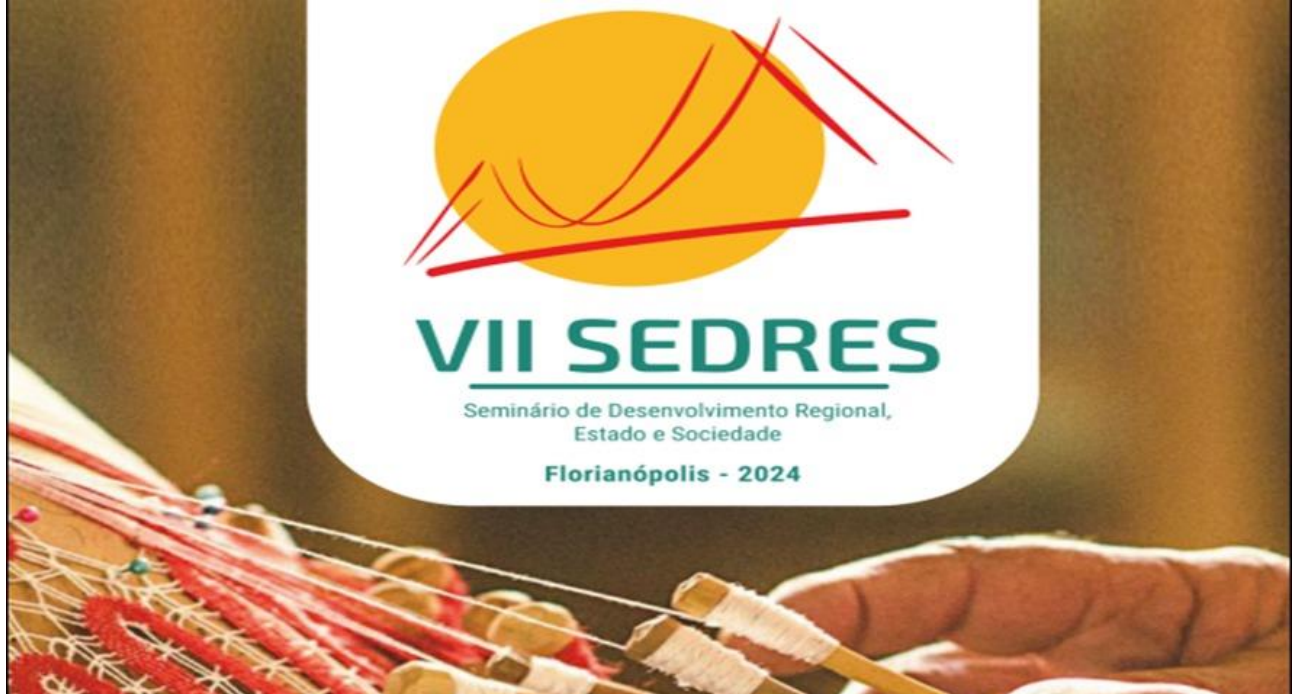
Essa investigação se trata de uma pesquisa básica, que de acordo com Gil (1999, p. 42) “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas.”

Utilizou-se como abordagem a pesquisa quantitativa que para Lakatos e Marconi (2001) busca analisar um fenômeno por meio de indicadores numéricos. Quanto à natureza se trata de uma pesquisa descritiva, Martins (1994, p. 28) afirma que a pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos.”

Para fins desta investigação, foram utilizados os dados provenientes da RAIS entre os anos 2010 e 2019, fonte relevante, uma vez que se trata de informações socioeconômicas do Ministério do Trabalho e Emprego.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho teve por objetivo verificar a expansão do trabalho formal no Estado da Bahia entre os anos 2010 a 2019, recorrendo-se aos dados da RAIS para esta análise.



Percebeu-se que as políticas macroeconômicas conduzidas nacionalmente exerceram um papel fundamental na definição do cenário socioeconômico, tendo práticas neoliberais levadas a cabo num movimento pendular, ora de forma mais acirrada, ora de forma mais atenuada.

A partir de 2015, pós *impeachment*, várias reformas de matriz neoliberal foram instituídas, desencadeando ampla flexibilização das normas trabalhistas. Dentre os rebatimentos evidenciados por estas novas feições assumidas pela legislação trabalhista, podem ser elencadas:

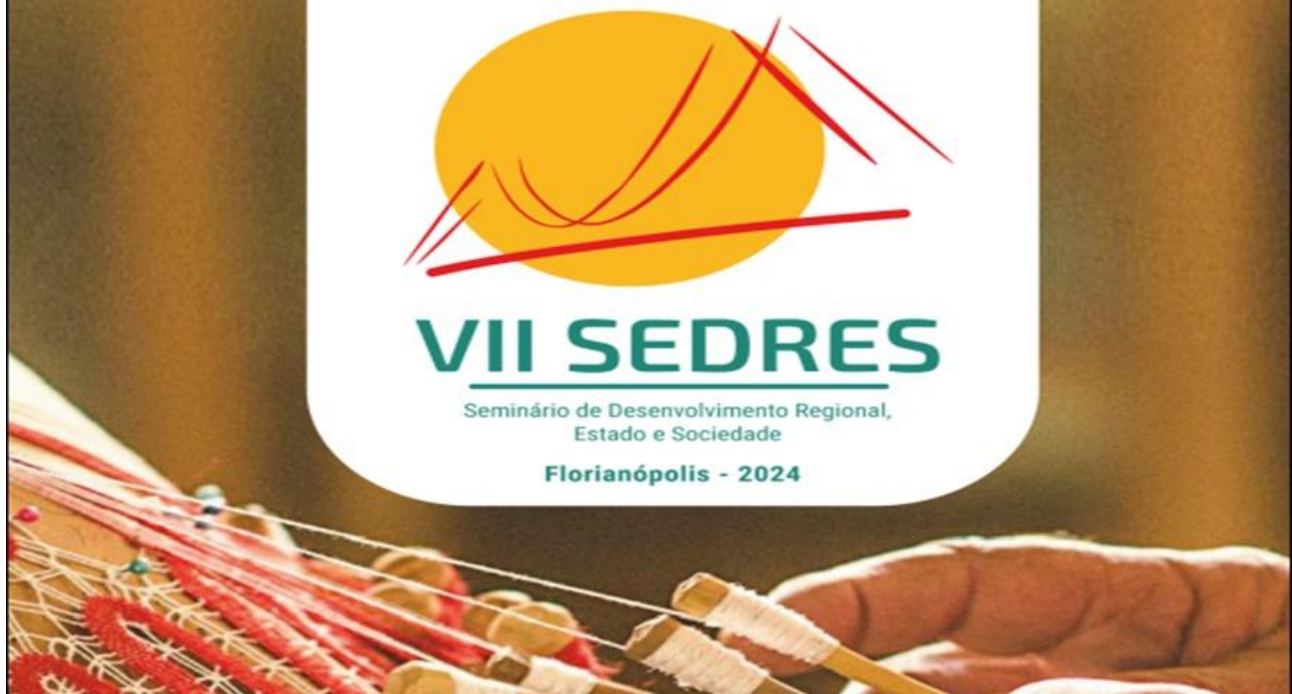
- a) a prevalência do negociado sobre o legislado, no qual os acordos ou convenções coletivas se sobrepõem à lei - neste íterim, vale ressaltar que é possível realizar acordos individuais, ou seja, os trabalhadores perdem o poder de barganha quando negociam individualmente;
- b) a redução dos intervalos dentro da jornada do trabalhador, com utilização de bancos de horas (legalizado desde 1998), que agora ganha uma nova roupagem, pois, passa a ser utilizada mesmo em jornadas parciais;
- c) a introdução do trabalho intermitente, no qual o trabalhador fica à disposição da empresa, mas só é remunerado quando acionado.

Mas as dificuldades para os trabalhadores não se resumem apenas à supressão de direitos outrora constantes na CLT. Passa também por mudanças na previdência do país. Sob a égide da austeridade, que no Brasil assume um viés de supressão de direitos trabalhistas e sociais, conquistas arduamente obtidas são negadas ou anuladas.

Estas mudanças não se refletem num melhor cenário para os trabalhadores no Estado da Bahia. Percebe-se forte revés nos dez anos analisados, sendo a primeira metade da década apresentada de forma alvissareira para a classe que vive do trabalho e suas famílias, se contraponto com a segunda metade, que revela forte revés, fazendo o resultado comparativo dos dados do trabalho entre 2010 e 2019 ser desanimador.

Poucos municípios apresentaram variação no estoque de empregos formais de maneira relevante. Os que apresentaram não possuem relevância no quadro econômico estadual. Mesma situação se repete quando se observa a variação da remuneração média, com a grande maioria dos municípios se situando nos dois primeiros intervalos de distribuição.

De forma geral, o desempenho para o agregado do Estado é ruim para no período analisado sob o ponto de vista do emprego formal. Práticas econômicas ortodoxas como ajuste fiscal e flexibilização das leis trabalhistas não tiveram rebatimento na geração de emprego e aumento da



remuneração média do trabalhador. Em caminho reverso, estas práticas podem ser compreendidas como agravadoras da crise econômica, uma vez que trazem consigo instabilidade e precarização nas relações de trabalho.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O tema do artigo está vinculado à Sessão Temática das dinâmicas socioeconômicas regionais, uma vez que trata do emprego formal na Bahia no período da segunda década do século XXI a partir dos dados da RAIS.

REFÊRENCIAS

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1994.